

RC Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Peres Eleuterio.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código DE0E-348D-A3EA-D506.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e diretores da

RC Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RC Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

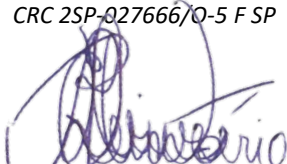
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.”

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 11 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Aline Peres Eleuterio
Contadora CRC 1SP295291/O-0

RC Participações S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	2.297	2.645
Dividendos a receber	5	7.592	6.846
Impostos e contribuições a recuperar	5	4.444	3.904
Outras contas a receber – partes relacionadas	9	27.535	-
Total do ativo circulante		41.868	13.395
Não circulante			
Outras contas a receber – partes relacionadas	9	-	27.535
Outras contas a receber		630	630
		630	28.165
Investimentos	6	162.594	139.785
Intangível	6	1.386	1.674
		163.980	141.459
Total do ativo não circulante			169.624
		206.478	183.019
Total do ativo			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4	6
Impostos e contribuições a recolher	7	753	1.649
Dividendos a pagar	8	16.110	10.325
Outras contas a pagar	9	28.380	-
Total do passivo circulante		45.247	11.980
Não circulante			
Outras contas a pagar	9	-	28.380
Total do passivo não circulante		-	28.380
Patrimônio líquido			
Capital social	10	82.551	82.551
Reservas de lucros		78.706	60.134
Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo investida		(26)	(26)
Total do patrimônio líquido		161.231	142.659
Total do passivo e do patrimônio líquido		206.478	183.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	11	(217)	(266)
Outras despesas operacionais, líquidas	11	(288)	(288)
Participação no lucro de investida	6	24.693	20.696
Lucro operacional		24.188	20.142
Receitas financeiras		472	712
Despesas financeiras		(290)	(207)
Resultado financeiro líquido		182	505
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		24.370	20.647
Imposto de renda e contribuição social corrente		(14)	(472)
Lucro líquido do exercício		24.356	20.175
Média ponderada de ações no exercício - em milhares	10	83.000	83.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,29	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	24.356	20.175
Outros componentes do resultado abrangente:		
Participação no resultado abrangente da investida	-	(96)
Total do resultado abrangente	<u>24.356</u>	<u>20.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social (a integralizar)	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo investida		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	83.000	(846)	82.154	3.041	41.710	70	-	126.975
Integralização do capital	-	397	397	-	-	-	-	397
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.175	20.175
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.009	-	-	(1.009)	
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	-	(4.792)	(4.792)
Efeito reflexo de investida	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	14.375	-	(14.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.000	(449)	82.551	4.050	56.085	(26)	-	142.659
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.356	24.356
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.218	-	-	(1.218)	-
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	-	(5.785)	(5.785)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	17.353	-	(17.353)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	83.000	(449)	82.551	5.268	73.438	(26)	-	161.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		<u>24.356</u>	<u>20.175</u>
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial	6	(24.693)	(20.696)
Provisões		-	633
Amortização de intangível	6	289	288
Variações nas contas patrimoniais			
Impostos a recuperar		(540)	(957)
Dividendos a receber		(746)	(1.168)
Fornecedores		(3)	-
Impostos a recolher		309	1.499
Caixa utilizado nas atividades operacionais		<u>(1.028)</u>	<u>(226)</u>
Impostos sobre o lucro		680	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(348)</u>	<u>(226)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de participação	9	-	28.380
Juros recebidos pela venda de participação	9	-	1.759
Empréstimos recebidos de partes relacionadas		-	(135)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		<u>-</u>	<u>30.004</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento pela venda de participação societária	9	-	(27.535)
Integralização de capital		-	397
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		<u>-</u>	<u>(27.138)</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(348)</u>	<u>2.640</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.645	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		2.297	2.645
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(348)</u>	<u>2.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 Contexto operacional

A RC Participações S.A. (“Companhia”) é uma *holding* de instituição financeira, que em seu Estatuto Social tem como objeto social única e exclusivamente a participação acionária em instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RC Participações S.A. é formada pelos sócios quotista RuasInvest S.A. e VT Cunha Participações Ltda. No entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre e os sócios/quotistas, independente do percentual de participação.

A RC Participações atualmente possui como único investimento no Banco Luso Brasileiro S.A., onde detém 49,23% de quotas de participação (em 2023 – 49,23%), sendo o Banco Luso uma instituição financeira especializada na concessão de diferentes tipos de crédito e na prestação de serviços para Companhias de médio e grande porte, especificamente no setor de transportes coletivos.

2 Políticas contábeis materiais

Adoção inicial de novas políticas normas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) – alterações ao CPC 03 e CPC 40
- Classificação do passivo como circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 11 de junho de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2 Moeda estrangeira

2.2.2.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2 Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 12- Instrumentos Financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os valores recebidos de juros sobre capital próprio das investidas são reconhecidos na rubrica dividendos e juros sobre capital próprio a receber em contra-partida a receita financeira. O valor correspondente ao IR fonte de 15% retido pela investida, é informado em Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF) e são registrados na rubrica de impostos a recuperar. As receitas financeiras de juros sobre capital próprio são tributadas no regime não cumulativo para fins de apuração de pis e de cofins, com alíquotas de 1,65% e 7,65%, respectivamente. As receitas financeiras estão apresentadas líquidas dos impostos Pis e Cofins.

2.2.5 Partes relacionadas

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

2.2.6 Ativos circulantes e não circulantes

Investimentos

O investimento na coligada onde a Companhia possui influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligada e representa o excesso da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da coligada, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Relacionado ao Mercado

- Propriedade Intelectual - Marca

Relacionado a Cliente

- Carteira de Clientes
- Contratos Consignados

Amortização

Marca - considerando a relevância do Banco Luso no mercado e seus vários anos de existência, foi utilizada vida útil de 20 anos remanescente para a Marca, conforme expectativa da Administração. Este é um período considerado razoável para que a transferência de atributos da marca adquirida para a marca adquirente seja realizada adequadamente, e minimize a eventual fuga de clientes para a concorrência, e mesmo para o reposicionamento do negócio, sendo este período aplicado para a avaliação da marca do Banco Luso.

Carteira de cliente - o Índice de Perda de Clientes (i.e. *churn rate*) utilizado foi de 6,0% a.a., reduzindo o total da carteira linearmente por um período de 16 anos e 8 meses, que é consistente com a vida média informada para o relacionamento com clientes dos produtos do Banco Luso.

Contratos consignados - foi utilizada *churn rate* de 19,6% baseada no prazo médio de empréstimos consignados para funcionários públicos, publicado pelo BACEN para a data-base. Adicionalmente, foi considerada taxa de renovação de empréstimos consignados de 40% até o prazo de vencimento dos contratos. Em 2020 o ativo foi totalmente amortizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

2.2.7 *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede

seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa .

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

É caixa ou equivalente de caixa.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.

Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.

A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas dos imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

c. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas novas normas serão efetivas para os exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

Requer a classificação das receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas em: categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4 Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2024	2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata – parte relacionada (i)	<u>2.297</u>	<u>2.645</u>
	2.297	2.645

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas no Banco Luso Brasileiro S.A., onde a taxa média é de 110% do CDI para os exercícios de 2024 e 2023, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

5 Dividendos a receber

Os dividendos a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão representados por juros sobre capital próprio que são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

a. Composição

	2024	2023
Juros sobre capital próprio a receber	<u>7.592</u>	<u>6.846</u>
	7.592	6.846
Total juros sobre capital próprio e imposto de renda retido na fonte	<u>7.592</u>	<u>6.846</u>

b. Movimentação dos saldos

	JSCP	IRRF	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	5.678	2.947	8.625
Aumento de capital na investida com JSCP	(5.678)	-	(5.678)
Juros sobre capital próprio de 2023	6.846	-	6.846
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2023	-	1.208	1.208
Utilização de IRRF a recuperar	-	(251)	(251)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.846	3.904	10.750
Aumento de capital na investida com JSCP	(6.846)	-	(6.846)
Juros sobre capital próprio de 2024	7.592	-	7.592
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2024	-	1.138	1.138
Utilização de IRRF a recuperar	-	(598)	(598)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.592	4.444	12.036

A Companhia manteve os saldos de impostos a recuperar classificados no curto prazo, em função da expectativa de sua realização durante o exercício de 2025. Na medida em que os trâmites relacionados à reestruturação societária na investida BLB forem concluídos, haverá tributação sobre o ganho de capital na alienação do investimento, sendo que o imposto de renda será liquidado via compensação com os saldos de IRRF a recuperar, conforme previsto na legislação.

6 Investimentos

	2024	2023
Banco Luso Brasileiro S.A.	152.723	132.502
Ágio - Banco Luso S.A.	7.283	7.283
Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda.	2.588	-
Investimentos	162.594	139.785
Intangíveis	1.386	1.674
	163.980	141.459

a. Composição

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Banco Luso Brasileiro S.A (i)	152.723	132.502	7.283	7.283	160.006	139.785
Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (ii)	2.588	-	-	-	2.588	-
	155.311	132.502	7.283	7.283	162.594	139.785

- (i) O investimento no Banco Luso Brasileiro S.A. refere-se a 7.589.967 ações subscritas (6.845.537 em 2023), que correspondem a 49,23% de participação no patrimônio líquido do Banco Luso Brasileiro S.A, em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Conforme mencionado na Nota Explicativa 13, os efeitos da reestruturação societária ref. ao contrato de compra e venda de ações, bem como o seu distrato serão registrados no 2.o. semestre de 2025.

- (ii) O investimento na LusoSeg Administradora e Corretagem de Seguros Ltda. refere-se a aquisição de 417 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado, que correspondem a 41,7% de participação no patrimônio líquido da empresa em 31 de dezembro de 2024.

b. Movimentação dos investimentos

Empresa	% Part.	Saldo 2023	Equivalência Patrimonial (ii)	Ajuste de Avaliação	JSCP	Mutações PL	2024
Banco Luso Brasileiro S.A.	49,23	132.502	22.105	-	(7.592)	5.708	152.723
Lusoseg Administracao E Corretagem De Seguros Ltda. (i)	41,70	-	2.588	-	-	-	2.588
		132.502	24.693	-	(7.592)	5.708	155.311

- (i) Em 6 de fevereiro de 2024 foi criada a LusoSeg Administração e Corretagem de Seguros Ltda., cujo objeto social são atividades relacionadas à corretagem de seguros diversos (vida, saúde e planos previdenciários), assessoria e consultoria na análise de riscos. A Companhia detém 41,7% de participação no seu patrimônio líquido.
- (ii) O resultado de equivalência patrimonial reconhecido na demonstração do resultado do exercício contém também a parcela relacionada aos juros sobre capital próprio que foi reconhecida em rubrica específica no balanço patrimonial.

Empresa	% Part.	Saldo 2022	Equivalência Patrimonial (ii)	Ajuste de Avaliação	JSCP	Mutações PL	2023
Banco Luso Brasileiro S.A.	49,23	114.291	20.696	(109)	(8.054)	5.678	132.502
		114.291	20.696	(109)	(8.054)	5.678	132.502

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,40% de participação no Banco Luso do Brasil S.A. A transação permanece em andamento junto aos seus Administradores.

c. Informações relevantes da Companhia investida

Empresa	% Part.	Quant. de ações	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado	
			2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Banco Luso Brasileiro S.A.	49,23	294.751	3.650.154	3.152.450	3.339.931	2.883.301	310.223	269.149	26.563	22.816
Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda.	41,70	417	2.691	-	2.691	-	1	-	2.588	-
			3.652.845	3.152.450	3.342.622	2.883.301	310.223	269.149	29.151	22.816

A estrutura acionária da Companhia investida Banco Luso Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2024 e em 2023 estavam distribuídas em RC Participações S.A. 49,2302%, Amorim Aliança BV 49,2302% e Lusopar 1,5396%.

A estrutura acionária da Companhia investida Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda., constituída em 6 de fevereiro de 2024, estavam distribuídas, em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os percentuais de participação dos seus acionistas, sendo: RC Participações S.A. 41,70%, Amorim Aliança BV 33,30% e K2CR Holding Financeira S.A. 25,00%.

d. Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.2.6 a Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos não financeiros de vida útil indefinida, o qual está substancialmente representado pelo ágio de expectativa de resultados futuros provenientes de combinação de negócios na aquisição da participação societária na coligada Banco Luso Brasileiro S.A.

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), identificada de acordo com o segmento operacional, que nesse caso é representado pelo próprio Banco Luso Brasileiro S.A. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas de acordo com os planos da administração e levados a perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atual.

Principais premissas utilizadas:

As projeções financeiras foram elaboradas em Reais e em termos nominais, ou seja, sem considerar a inflação;

A avaliação desse ativo intangível foi baseada em projeções de receita da coligada Banco Luso Brasileiro S.A. com base no portfólio de produtos financeiros, elaboradas de acordo com as premissas do modelo de avaliação econômico-financeiro da coligada;

As despesas com imposto de renda e contribuição social foram aplicadas e projetadas com base na legislação tributária atual e alíquota aplicável de 34%.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida.

e. Intangíveis

	(Anos)	2024	2023
Amortizações dos intangíveis			
Relacionado ao mercado:			
Propriedade intelectual – marca	20	1.940	1.940
Relacionados a clientes:			
Carteira de clientes	16	3.124	3.123
Contratos consignados	8	2.128	2.128
(-) Amortização acumulada		(5.806)	(5.517)
		1.386	1.674

f. Propriedade intelectual - marca

O Banco Luso vem atuando há vários anos, tendo sua marca reconhecida na oferta de produtos de carteira comercial, crédito imobiliário, crédito rural e cartão de crédito. A partir de 2011, com a busca de novos acionistas, houve o reposicionamento estratégico do Banco Luso, com o foco passando a ser o setor de transporte público.

Toda a receita é auferida via Marca Banco Luso, não existindo marcas secundárias. Não há expectativas por parte dos novos acionistas de descontinuar a Marca, embora um processo de reposicionamento geral da marca venha sendo implementado.

Consideramos que a Marca Banco Luso, por meio de seu posicionamento estratégico, de característica do mercado e do reconhecimento pelos consumidores, gera benefícios econômicos futuros para o negócio.

g. Relacionados à carteira de clientes

O valor deste relacionamento baseia-se na expectativa de rentabilidade que o relacionamento adquirido por cliente/contrato deve gerar ao Banco Luso. Esta rentabilidade é resultado da recorrência esperada na contratação por estes clientes de produtos do Banco. Esta carteira de clientes adquirida deve obrigatoriamente sofrer redução ("run off") com base no histórico de perda de clientes, determinando sua vida útil e os benefícios que tal grupo de clientes gerará pelo prazo de vida útil remanescente.

Considerando os aspectos acima mencionados, o relacionamento com clientes do Banco Luso apresenta um médio nível de importância para seus compradores potenciais. Os fatores determinantes para a manutenção dos relacionamentos são: oferta, demanda, qualidade e competição.

h. Relacionados a Contratos Consignados

O Banco Luso atua na concessão de empréstimos consignados a funcionários públicos de prefeituras do Estado de São Paulo, de Companhias públicas municipais, funcionários da Petrobrás, Marinha, e funcionários associados ao sistema SIAPE.

As receitas consideradas para esta carteira foram relativas a empréstimos já existentes e renovações ou recorrências de empréstimos dentro destes contratos entre o Banco Luso e as instituições públicas.

A receita do Banco Luso é composta pelos resultados de intermediação financeira nas operações de crédito com os funcionários públicos, segundo a Administração.

As projeções do Resultado de Intermediação Financeira foram baseadas em informações contratuais, projeções econômicas de analistas de mercado, assim como em dados históricos obtidos do Banco Luso e discutidos com a Administração.

Em setembro de 2020 os ativos relacionados a *Contratos Consignados* foram totalmente amortizados.

7 Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
PIS - sobre rendimentos financeiros e JSCP (i)	126	133
COFINS - sobre rendimentos financeiros e JSCP (i)	578	614
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins - Auto de regularização (ii)	49	-
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins (iii)	-	801
IRPJ e CSLL a pagar	-	101
	753	1.649
Passivo não circulante		
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins	-	-
	753	1.649

- (i) Refere-se substancialmente a Pis e Cofins sobre JSCP creditados pela investida Banco Luso Brasileiro S.A., o qual serão liquidados via compensação no seu vencimento – janeiro de 2025, com saldos da mesma natureza de períodos anteriores, via PERDCOMP.
- (ii) Em fevereiro de 2024, a Companhia fez adesão ao Programa de Autoregularização para liquidar passivos relacionados a PIS e Cofins sobre receita financeira de Juros Sobre Capital Próprio creditados durante o exercício de 2022. Os valores envolvidos somaram o montante de R\$ 618. O pagamento envolveu utilização de saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 309 e pagamento do montante de R\$ 309 parcelados em 12 vezes. O saldo remanescente a pagar será liquidado, tendo a sua última parcela vincenda em fevereiro/2025.
- (iii) A Companhia iniciou o parcelamento de tributos de PIS em outubro/2019 e COFINS em outubro/2019. Ambos foram realizados em 60 parcelas, tendo seus pagamentos finalizados: do PIS em set/2024 e do COFINS em agosto/2024.

8 Dividendos a pagar

	2024	2023
Dividendos a pagar	16.110	10.325
	16.110	10.325

a. Remuneração da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma controlada do Grupo RuasInvest, sendo que seus administradores são remunerados por outras Empresas do Grupo Econômico.

9 Outras contas a pagar e a receber

Durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,41% de

participação no Banco Luso do Brasil S.A., os quais correspondem a 33,33% de participação no capital social da RC Participações, pertencentes à sócia VT Cunha Participações Ltda.. “vendedor”. O contrato de compra e venda das cotas foi assinado em 20 de outubro de 2023, onde as partes envolvidas realizaram a transação financeira por meio de adiantamentos correspondentes a 50% das ações, representadas por 16,67% do capital social da RC, sendo:

- recebimento via adiantamento no montante de R\$ 28.380 da parte interessada “comprador” correspondente às parcelas 1 e 2 negociadas, registrados na rubrica outras contas a pagar;
- repasse do recurso para o “vendedor”, mediante antecipação no montante de R\$ 27.535. Respectivo valor está registrado na rubrica de outras contas a receber apresentados líquido dos valores estimados correspondente ao ganho de capital sobre a transação.

A eficácia da transação está sujeita à Condições Suspensivas, determinantes se e quando aprovadas pelo órgão regulador BACEN – Banco Central do Brasil, e não há vencimento e/ou expectativa de prazo para aprovação. As transações dos adiantamentos a receber e a pagar estão vinculadas, e foram apresentadas no ativo não circulante e passivo não circulante, pois não possuem vencimentos. Caso a transação seja aprovada, impactos materiais serão refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso a transação não seja aprovada pelo BACEN, a vendedora devolverá à compradora o preço de aquisição e a vendedora retornará à sua condição de acionista detentora de 33,33% das ações representativas do capital social da RC, conforme estabelecidos nos termos do respectivo contrato.

Os efeitos caixa das transações, ocorridos em 2023, são conforme segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Valores recebidos referente a 50% do principal da parte interessada “compradora”	-	28.380
Atualização monetária referente ao contrato de compra e venda	-	1.759
Valores repassados ao “vendedor” via adiantamento	-	27.535

Em 2024, a transação permaneceu em andamento, sem repercussões de ingressos e/ou pagamentos da mesma natureza.

Todos os efeitos em relação à mudança no percentual de participação da RC no BLB, passando de 49,23% para 41,0268% estão condicionados aos fatos divulgados na Nota Explicativa de Eventos Subsequentes (Nota 13).

10 Patrimônio líquido

a. Capital social - subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as ações e o capital social subscrito estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	2024			2023		
	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$ mil	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
RuasInvest S.A.	55.338.946	55.339	66,67%	55.338.946	55.339	66,67%
VT Cunha Participações. Ltda.	27.661.054	27.661	33,33%	27.661.054	27.661	33,33%
	83.000.000	83.000	100%	83.000.000	83.000	100%

b. Capital social – integralizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as ações e o capital social subscrito e integralizados entre os acionistas conforme abaixo:

	2024			2023		
	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
RuasInvest S.A.	55.105.983	55.106	66,75%	55.105.983	55.106	66,75%
VT Cunha Participações. Ltda.	27.444.665	27.445	33,25%	27.444.665	27.445	33,25%
	82.550.648	82.551	100%	82.550.648	82.551	100%

c. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e. Aumento de capital

Os acionistas integralizaram o capital mediante depósito em conta corrente em 2023 no valor de R\$397.

f. Dividendos

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	24.356	20.175
Constituição da reserva legal (5%)	(1.218)	(1.009)
Base de cálculo dos dividendos	23.138	19.166
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.785	4.792
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

g. Destinação de resultado

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO.

11 Despesas operacionais

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas (i)	(217)	(266)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)	(288)	(288)
	<u>(505)</u>	<u>(554)</u>

- (i) A Companhia possui despesas gerais e administrativas, em sua maioria referente a prestadores de serviços de consultorias financeiras e auditorias.
- (ii) Outras despesas operacionais líquidas referem-se a amortização dos ativos intangíveis (Nota 6).

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;

Risco de moeda; e

Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento

de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valores a pagar	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 - 12 meses	Mais de 12 meses
Dividendos a pagar	16.110	16.110	-	16.110	-
Outras contas a pagar	28.380	28.380	-	28.380	-
	44.490	44.490	-	44.490	-

b. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de aplicações financeiras. A Companhia não possui tais aplicações em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente à administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia abaixo, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2024	2023
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Aplicações Financeiras	2.297	2.645
Dividendos a receber	7.592	6.846
Outras contas a receber – partes relacionadas	27.535	27.535
Outras contas a receber	630	630
	38.054	37.656
 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	4	6
Dividendos a pagar	16.110	10.325
Outras contas a pagar	28.380	28.380
	44.494	38.711

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2024	2023
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.297	2.645
Dividendos a receber	7.592	6.846
Outras contas a receber – partes relacionadas	27.535	27.535
Outras contas a receber	630	630
	38.054	37.656
 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	4	6
Dividendos a pagar	16.110	10.325
Outras contas a pagar	28.380	28.380
	44.494	38.711

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos:

Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços):

Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

De acordo com o processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, todos estão classificados no Nível 2.

13 Eventos subsequentes

a) Aumento de Capital na investida Banco Luso Brasileiro (BLB):

Em 30 de abril de 2025, houve aumento de capital social na investida Banco Luso Brasileiro S.A. com os saldos oriundos de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 6.451, correspondente a participação do capital social do Banco Luso Brasileiro.

b) Distrato de Instrumento Particular de Compra e Venda da Ações e Outras Avenças em 13 de maio de 2025:

1. Conforme divulgado na Nota 9, em 2023, por meio do qual a RC alienou à K2CR ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão do Banco Luso Brasileiro S.A., representativas de 8,2034% do seu capital total, tendo a K2CR pago integralmente à RC o valor contratado;
2. Em 20 de outubro de 2023, K2CR e RC também firmaram (i) Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças relativo a 4,1017% do capital social do BLB de propriedade da RC, com período de exercício em 2025 (“Primeira Opção”) e (ii) Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças relativo a 4,1017% do capital social do BLB de propriedade da RC, com período de exercício em 2026 (“Segunda Opção”).
3. RC e K2CR, no gozo pleno da autonomia de suas respectivas vontades, consensualmente, assinaram em 13 de maio de 2025 o distrato da Primeira Opção e a Segunda Opção, extinguindo todas as obrigações, deveres e direitos oriundos dos mesmos e sem qualquer direito de indenização, posto que a K2CR não tem mais interesse na venda futura de ações do BLB e tão pouco a Compradora tem interesse em adquiri-las.

Diante do exposto, a Companhia permanece em discussão junto aos controladores sobre as negociações referente à reestruturação societária no BLB e na RC Participações. Até a emissão destas demonstrações financeiras, as condições suspensivas do BACEN em relação à alteração de controle societário do BLB permaneceram vigentes.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/DE0E-348D-A3EA-D506>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: DE0E-348D-A3EA-D506



Hash do Documento

5C0908681037510157DB412462C77DCDDE1C99A920FB8D13C534CF47ECE65BF4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/06/2025 é(são) :

Aline Peres Eleutério - 093.607.546-50 em 11/06/2025 13:35

UTC-03:00

Nome no certificado: Aline Peres Eleuterio

Tipo: Certificado Digital